



## **Debate com os Partidos Políticos**

### **“Estratégias para a Sociedade da Informação”**

#### **Partidos Políticos mantêm aposta na Sociedade da Informação**

**Lisboa, 18 de Setembro de 2009** – Repetindo uma iniciativa que já tinha organizado em anos anteriores, a APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, juntou os representantes dos partidos políticos que se candidatam às eleições legislativas marcadas para 27 de Setembro para debater as estratégias e propostas para a Sociedade da Informação, abrindo um espaço único de apresentação de ideias e balanço dos últimos 4 anos de Governo PS.

A aposta dos vários partidos na promoção da Sociedade da Informação, no acesso ao conhecimento e maior divulgação das Tecnologias da Informação e Comunicação ficou patente num debate animado, moderado pelo jornalista Vasco Trigo, onde os representantes do PCP, PS, PSD e Os Verdes expuseram as principais linhas de orientação dos Programas eleitorais e esgrimiram argumentos sobre a situação em Portugal. Por motivos pessoais não puderam estar presentes os convidados do Bloco de Esquerda e CDS.

O debate, que também contou com transmissão on-line, reuniu meia centena de participantes e associados, cabendo a Bruno Dias, deputado do PCP e candidato pelo mesmo partido às legislativas, o arranque das apresentações. Uma presença já habitual nestes debates da APDSI, o deputado é um dos responsáveis pela dinamização de várias iniciativas legislativas ligadas à Sociedade da Informação no Parlamento, sendo reconhecido como defensor da interoperabilidade e da promoção do *software* livre e dos formatos livres de documentos, com prioridade para as estruturas do Estado.

Congratulando a APDSI pela oportunidade da iniciativa e pela intervenção que a associação tem tido como parceira na reflexão e discussão de propostas apresentadas pelo PCP nos últimos 4 anos, Bruno Dias faz um balanço negativo da última legislatura. “A actuação do Governo nesta legislatura pode ser considerada publicidade enganosa,

especialmente nas áreas da Justiça e na estratégia do Plano Tecnológico”, sublinha o deputado que acusa o Governo de utilizar a “política do autocolante” e da comunicação e marketing sem uma verdadeira visão estratégica a sustentar os investimentos realizados.

O Plano Tecnológico da Educação é um dos exemplos também levantados por Bruno Dias, que refere o caso de uma escola em Évora onde foi retirado equipamento que já existia, a nível de fibra óptica e quadro electrónico, para instalar o novo material, sem que se reservasse espaço para a formação e criasse condições para que os professores tirassem partido dos mesmos.

A acessibilidade às tecnologias, com a ligação em banda larga, que o PCP prefere designar como democratização das tecnologias, continua a não estar garantida, embora Bruno Dias refira que foi anunciada pelo menos três vezes nos últimos quatro anos a cobertura integral do território em Banda Larga. O preço das ligações esteve também no centro da análise do PCP, que cita um relatório da Autoridade da Concorrência que aponta Portugal como um dos países com comunicações mais caras da Europa, o que tem custos para as empresas e as pessoas a nível do esforço que têm de fazer.

“Achamos que o Estado tem sido um consumidor pouco crítico, porque em vez de comprar o que precisa compra o que se lhe oferece”, sublinha ainda Bruno Dias, numa referência directa ao Memorando de entendimento entre o Governo e a Microsoft em 2006.

Antes de terminar a sua intervenção, Bruno Dias levantou ainda uma questão que considera absolutamente crítica para o futuro do país: a da Interoperabilidade, que na sua opinião tem sido falada de forma insuficiente no país. “A definição de *standards* abertos é essencial para garantir a soberania e liberdade do país em matéria da sua própria informação e documentação”, lembra o deputado.

#### **Articulação deficiente causa desperdícios**

Mantendo o mesmo espírito crítico em relação ao trabalho realizado pelo Governo, Rui Lopo, representante do partido ecologista Os Verdes, sobretudo a nível dos esforços financeiros exigidos nesta área que “foram mal aproveitados ou, pelo menos, mal articulados com os recursos humanos que estão disponíveis para a sua utilização”. Identificando alguns pontos de melhoria que é necessário corrigir a breve trecho, sobretudo no sector da Educação, onde houve uma articulação deficiente com as escolas, assim como ao nível dos Municípios e das comunidades digitais.

“Mais do que dizermos o que queríamos parece que ficámos muito à disposição das grandes marcas e grandes grupos que impunham o que queriam Isso aconteceu nos últimos 4 anos, pude testemunhá-lo pessoalmente, e algum dinheiro que podia ter sido bem aplicado foi mal empregue”, sublinha o candidato pelo círculo eleitoral de Setúbal.

Regressando a 2002 para recordar as diferenças existentes a nível da sociedade neste últimos anos, Pedro Duarte, deputado do Partido Social Democrata (PSD) e vice-presidente do Grupo Parlamentar, lembra o papel que o Governo PSD teve na mudança

para a Sociedade da Informação, sobretudo com o empenho político e o facto destas matérias terem sido centralizadas numa estrutura com ligação directa ao Primeiro Ministro. Embora sem querer partidarizar, o deputado avançou vários exemplos concretizados entre 2002 e 2005, como a Iniciativa Nacional para a Banda Larga, a Iniciativa Campus Virtuais, o Portal do Cidadão e o Programa Nacional de Compras Públicas.

“Foram lançadas muitas medidas e em pouco tempo fez-se muita coisa. O que falhou foi a propaganda, porque muitas acções passaram despercebidas, como a massificação de portáteis no ensino superior”, sublinha Pedro Duarte.

Depois de 2005, com a mudança governamental, são reconhecidos também pontos positivos de desenvolvimento da Sociedade da Informação, nomeadamente a sensibilização da opinião pública para este tema, mas também nas medidas de modernização administrativa, que Pedro Duarte reconhece que foram muito importantes na relação do cidadão com o Estado. Ainda dentro dos pontos positivos, Pedro Duarte inclui na lista a ideia do Plano Tecnológico da Educação, mas admite que a sua concretização correu mal.

O desmembramento orgânico das entidades ligadas ao desenvolvimento da Sociedade da Informação que o Governo do PS terá realizado é uma das medidas mais criticadas pelo deputado que sublinha que desta forma se perdeu muito conhecimento e desperdiçaram recursos, eliminando também a transversalidade que tinha sido conseguida a nível da estrutura governativa. “Espero que o meu partido não tenha esta tentação se vencer as eleições”, reforça Pedro Duarte.

“Nos últimos anos perdeu-se pela tentação de atirar tecnologia para cima das pessoas. Faltou a coordenação e uma estratégia consistente”, afirma o deputado. Como exemplo refere o caso paradigmático do Magalhães, no projecto e-escolinhas, gerido pelo Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações e que é atirado para cima das secretárias dos alunos sem intervenção do Ministério da Educação.

O portátil que foi distribuído aos alunos do primeiro ciclo é ainda motivo de uma série de perguntas que Pedro Duarte deixa à mesa e às quais garante não ter tido resposta durante esta legislatura, nomeadamente sobre o financiamento do projecto, a manutenção do programa para este ano lectivo, as razões que ditaram a escolha deste modelo e a criação de uma fundação para gerir as contrapartidas da Sociedade da Informação.

### **Propostas 2.0**

Como propostas para o futuro, o deputado do PSD e vice-presidente do Grupo Parlamentar defende a criação de um paradigma de Governo Aberto, assente na transparência, e uma mudança de paradigma do *e-government* para o *e-governance*. O deputado considera também essencial recentrar as políticas da Sociedade da Informação

e Conhecimento, com maior peso político, e a criação de parcerias de parcerias com as entidades locais.

“Este Governo começou com o Choque Tecnológico como bandeira e acaba agarrado ao betão, com os projectos do TGV, NAL e auto-estradas. Urge recolocar a Sociedade da Informação e do Conhecimento na prioridade das políticas públicas, dando maior relevância aos conteúdos, à formação e ao imaterial, em prejuízo da pura instrumentalização política”, reforça Pedro Duarte.

Num tom mais positivo, João Tiago da Silveira, secretário de Estado da Justiça, que representou o PS no debate, começou por lembrar que os projectos que foram desenvolvidos nos últimos 4 anos mudaram a vida das pessoas e que é importante não esquecer o trabalho feito e as mudanças realizadas centrando a atenção em pormenores e incidentes pontuais.

“As pessoas estão mais preparadas para viver num mundo global, com a introdução do inglês no ensino básico, os cursos de especialização tecnológica e a atribuição de diplomas de competências básicas”, alinha João Tiago da Silveira, que lembra ainda que foram garantidas melhores infra-estruturas escolares, num esforço muito significativo e assinalável de ligação das escolas públicas em banda larga e da melhoria do índice de alunos por computador, que chega aos 5 alunos por PC em 2009.

Do balanço do trabalho do Governo que integra João Tiago da Silveira aponta ainda o aumento de investimento em I&D, do lado do Estado e das Empresas, e a democratização do acesso à Internet, com a distribuição de quase um milhão de computadores portáteis no âmbito do e-escolas e do e-escolinhas. “Tudo isto são números, mas tem pessoas do outro lado, e mais conhecimento”, justifica.

A redução dos custos das empresas e particulares na relação com a Administração Pública faz parte também dos pontos sublinhados pelo porta-voz do PS, que refere a adesão à Empresa on-line, ao CITIUS e ao IES, que conta com mais de 300 mil informações empresariais entregues.

“Esta é uma estratégia para continuar. A nossa proposta passa por renovar o Plano Tecnológico e apostar na Sociedade da Informação, que são pilares dos três desígnios definidos no Programa Eleitoral do PS”, defende João Tiago da Silveira que elenca uma série de eixos prioritários e medidas concretas.

O primeiro de seis eixos prioritários é a ligação do conhecimento de I&D ao mundo empresarial, promovendo a participação de Universidades e Politécnicos em fundos de capital semente, reforçando a entrega de *vouchers* de inovação às empresas e aproveitando infra-estruturas de rede para incentivar a cooperação internacional.

A melhoria do acesso à Internet, com a introdução da Banda Larga no Serviço Universal, é mais um dos eixos de desenvolvimento, assim como a promoção de uma concorrência forte e transparente entre os operadores.

No terceiro eixo João Tiago da Silveira coloca a preparação das pessoas para viver num mundo global, tirando partido das redes globais para promover sistemas de formação à distância, enquanto a melhoria do incentivo à inovação centra o quarto eixo, que tem como um dos objectivos atingir um índice de 9 investigadores por 1000 activos.

Garantida está também a continuação no investimento no *e-government*, e na redução de custos de contexto, o quinto eixo definido pelo PS, que passa pela versão 2.0 do Portal do Cidadão, que permita criar uma área personalizada, e a dinamização do uso do Cartão do Cidadão nos serviços on-line.

O sexto e último eixo é o da melhoria da qualidade da democracia com o *e-government*, onde João Tiago da Silveira coloca o projecto Dados.gov, para dar acesso mais fácil aos cidadãos a informação pública produzida pela Administração Pública, e o Consulta Pública 2.0, uma plataforma que se pretende que seja agregadora de consultas e discussões e que pretende gerar maior participação dos cidadãos.

Mostrando-se aberto à discussão destas propostas, João Tiago da Silveira volta a defender que esta é a visão construtiva, e não a que se centra nas fragilidades pontuais de alguns projectos para denegrir o seu mérito.

### **Magalhães polémico mas com futuro (quase) garantido**

Dando início ao debate, Vasco Trigo, jornalista e moderador da sessão, repescou um dos pontos mais criticados nas intervenções dos participantes, o pequeno portátil Magalhães, questionando os representantes dos vários partidos sobre o interesse na continuidade do projecto.

Bruno Dias, deputado do PCP, avançou com uma resposta cautelosa, lembrando que antes de haver uma decisão é preciso primeiro ter a resposta a uma série de questões que continuam por resolver, nomeadamente a nível do financiamento do projecto e do envolvimento da empresa que fabrica o portátil. E volta a levantar a questão sobre a racionalidade económica do Magalhães: “é necessário ponderar quanto o país teria poupado se tivéssemos confrontado este modelo com o do OLPC do MIT”, defende.

Para garantir a continuidade do projecto Bruno Magalhães considera que há alguns pontos essenciais que devem ser garantidos, como a maior transparência do processo de financiamento e a sua adjudicação a uma empresa que garanta critérios fundamentais do ponto de vista social, como a não existência de precariedade de emprego e baixos salários que alega existir na actual fabricante.

Apesar destas condicionantes, Bruno Dias garante que não é intenção do PCP defender que se fechem as portas e janelas e só se tome uma decisão daqui a 2 anos. “Defendemos que haja um arranque da divulgação e fornecimento dos computadores num contexto de rápida renegociação com fornecedores e financiadores”, admite. E traça ainda outro cenário: “ficaria mais barato dar os computadores gratuitamente às crianças, considerando que estes rapidamente ficam obsoletos e limitados quanto às suas expectativas?”.

Rui Lopo, representante de Os Verdes, defende também que “o projecto Magalhães é para continuar mas é claramente necessário definir estratégia e centrar nos conteúdos programáticos nos programas escolares, usando o portátil para mais do que simplesmente os jogos”.

Realçando que o Magalhães tem como resultado positivo a familiarização das crianças com os computadores, Pedro Duarte recorda que “tudo o resto é duvidoso”, apontando o problema da entrega da propriedade do portátil às famílias, o financiamento e o facto do programa não ter sido pensado como ferramenta para usar na sala de aula. Porém acredita que “não faz sentido acabar com o programa mas dar-lhe outra abrangência”.

Satisfeito com as respostas, João Tiago da Silveira sublinha que todos acabam por estar de acordo com o programa. “Há dificuldades em rasgar e deitar fora o Magalhães”, afirma.

O porta-voz do PS recorda também que esta sintonia acontece na sociedade, e que 90% dos pais e educadores escolheram pedir o Magalhães para os filhos. Mas lembra que “o programa não está acabado. Há certamente muitas coisas a melhorar, especialmente na ligação entre o potencial da ferramenta e o seu uso no dia-a-dia, e a formação é fundamental”. Por isso acredita que esta é uma iniciativa que tem de continuar.

Na continuidade do debate, e abertas as perguntas à audiência, Rui Seabra, presidente da Ansol, levantou aos representantes dos partidos políticos diversas questões relacionadas com a adopção do software open source e a interoperabilidade dos formatos nos documentos da Administração Pública, questões que considera essenciais.

Uma área em que foi reforçado por Luís Vidigal, membro da direcção da APDSI, que apontou também a falta de memória dos portugueses como um dos principais problemas a ultrapassar, lembrando que “o Infocid foi o primeiro marco do *e-governent* na Europa” e que a Sociedade da Informação não começou a ser construída em 2002 nem com este Governo.

As questões do *software open source* acabaram por dominar a parte final do debate, quer em termos das poupanças que se podem conseguir com a eliminação dos custos de licenciamento, quer com a necessidade de formação dos jovens nas escolas e dos profissionais, que pode abrir espaço para Portugal se tornar um fornecedor importantes destas soluções, como referiu um dos participantes.

Em resposta a estas questões João Tiago da Silveira defendeu que foi pioneiro na utilização do software livre no Ministério da Justiça, mas que o PS não tem uma opção filosófica. “Uma Administração Pública responsável tem que saber optar entre os dois modelos”, afirma, acrescentando que o *software open source* pode permitir reduzir custos mas tem muitas vezes problemas de suporte.

Bruno Dias voltou porém a recordar que mais do que uma questão de reduzir custos o *open source* e a adopção de formatos abertos são uma questão de liberdade, soberania e independência do Estado em relação à informação que produz, que não fica sujeita à

agenda das empresas que podem ou não manter o investimento num determinado formato.

Encerrando a sessão, José Dias Coelho, presidente da APDSI destacou a riqueza das apresentações e vivacidade do debate. “Ficou claro que a Sociedade da Informação vai continuar na agenda política e como prioridade estratégica, qualquer que seja o resultado eleitoral”, frisa.

### **Sobre a APDSI**

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o estatuto de Instituição de Utilidade Pública.

Para mais informações contacte:

### **APDSI**

#### **Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação**

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C – Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)

URL: <http://www.apdsi.pt>